

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.323.690 - SP (2018/0134869-5)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
EMBARGANTE : MARIA REGINA PASSARI
EMBARGANTE : PAULO ALCIDES BORTOLETO
ADVOGADO : LUÍS FRANCISCO SCHIEVANO BONASSI E OUTRO(S) - SP067082
EMBARGADO : PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A
ADVOGADOS : FLAVIO OLIMPIO DE AZEVEDO E OUTRO(S) - SP034248
SUELI RIBEIRO ROMUALDO - SP125898
MILENA PIRÁGINE - SP178962
INTERES. : AUTO POSTO GRANDE FAMILIA LTDA

DECISÃO

1. Cuida-se de embargos de declaração opostos por MARIA REGINA PASSARI e por PAULO ALCIDES BORTOLETO contra decisão por mim proferida às fls. 1.387-1.390 pela qual dei provimento ao recurso especial *"para fixar a verba honorária em 1% sobre o valor atualizado da causa à data da sentença"*.

Nos embargos, sustentam obscuridade, pois não teria ficado clara a forma de cálculo dos honorários, especialmente diante da expressão utilizada - "à data da sentença", tendo em vista que a sentença foi exarada em 26/06/2013.

Sustenta também as seguintes omissões:

i) deve a verba honorária ser arbitrada entre 10% e 20%, tendo em vista tratar-se de ação de natureza condenatória, nos moldes do art. 20, § 3º, do CPC/73; e

ii) não teriam sido *"considerados os argumentos expostos quanto ao inatendimento dos almejados princípios da razoabilidade e da proporcionalidade"*, devendo os honorários ser fixados no mínimo em 10%.

É o relatório.

Decido.

2. O artigo 1.022, e seus incisos, do CPC/15, claramente prescreve as quatro hipóteses de cabimento dos embargos de declaração, tratando-se de recurso de fundamentação vinculada, restrito a situações em que patente a existência de (1) obscuridade, (2) contradição, (3) omissão no julgado, incluindo-se nesta última as condutas descritas no artigo 489, parágrafo 1º, que configurariam a carência de fundamentação válida, e por derradeiro, (4) o erro material.

3. No presente caso, não procede a pretensa omissão quanto às alegações de arbitramento da verba honorária entre 10% e 20% e observância da razoabilidade e da proporcionalidade, tendo em vista que a matéria foi devidamente delineada e explicada, à luz da jurisprudência do STJ e da legislação aplicável à espécie, pretendendo os embargantes, sob o espeque de omissão, pretenso rejugamento da causa, o que é de todo improcedente, pois inviável a pretensa via de declaração.

Superior Tribunal de Justiça

4. Por outro lado, tenho que lhe assiste razão a apontada obscuridade no que se refere ao dispositivo da decisão, o que passo a esclarecer a fim de evitar dúvidas ou equívocos quando do cumprimento pelas instâncias de origem.

Para adequada observância da decisão ora embargada, o valor da causa deverá ser atualizado até a data em que proferida a sentença, extraindo-se, então, 1% a título de honorários advocatícios de sucumbência. Esse é o sentido da frase "*1% sobre o valor atualizado da causa à data da sentença*".

5. Ante o exposto, acolho parcialmente os embargos de declaração para sanar a obscuridade, sem efeitos infringentes.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator